

NOTIFICAÇÃO DE CORREÇÃO

JORNAL GGN - 07/AGO/2024

A Transparência Internacional – Brasil solicita a correção do texto “[Como a Transparência Internacional repetiu a jogada da fundação Lava Jato na Operação Greenfield](#)”, publicado no Jornal GGN em 5 de agosto de 2024, contendo uma série de informações falsas e deturpadas.

Há cinco anos, a Transparência Internacional (TI) é alvo de campanhas difamatórias e assédio judicial no Brasil. Uma vez mais, o GGN publica uma matéria com conteúdo calunioso e difamatório contra a TI, sem consulta às posições da instituição. Seguem as correções:

São falsas e caluniosas as afirmações de que a Transparência Internacional tenha empreendido qualquer plano ou ação “*visando desviar recursos de leniência para fundações definidas por ela e pelos procuradores (pessoa física) do Ministério Público Federal*” ou “*visando controlar os recursos provenientes de acordos de leniência com empresas condenadas por corrupção*”.

Trata-se de *fake news* que já foi exaustivamente desmentida pela Transparência Internacional - Brasil [1] [2] [3], pelo Secretariado global da Transparência Internacional na Alemanha [4] [5] [6], por autoridades brasileiras em manifestações oficiais [7] [8] [9] e amplamente divulgado pela imprensa profissional brasileira [10] [11] [12] e veículos internacionais [13] [14] [15].

É falsa a afirmação de que a TI “*participará diretamente da montagem de uma empresa, com o poder de distribuir milhões de reais em recursos para os premiados, contratar consultores, gestores financeiros*”.

A TI jamais participou ou pleiteou participar, direta ou indiretamente, da montagem de empresa para “distribuir recursos” ou fazer contratações.

São falsas as afirmações de que a TI tenha proposto que o grupo empresarial J&F divulgue inveridicamente projetos sociais “*como se fossem um trabalho seu*” e que

a TI selecione conselheiros para um fundo patrimonial com “*objetivo político*” com “*mesmo modelo que foi adotado em todas as Primaveras, e marca a atuação de ONGs americanas na Venezuela*” e garantia de “*liberdade total da fundação em relação a qualquer poder constituído*”.

Todas essas afirmações são distorções da publicação “**Governança de recursos compensatórios em casos de corrupção: guia de boas práticas para promover a reparação de danos à sociedade**”, que está disponível desde 2019 no site da Transparência Internacional - Brasil [16], acessível para qualquer pessoa verificar o real teor desse trabalho. Além disso, são reiteraões de *fake news* sobre acordos de cooperação técnica assinados entre o MPF e a Transparência Internacional em 2014 [17] e 2017 [18], expirados em 2019. Ambos os acordos vedavam explicitamente qualquer repasse financeiro à Transparência Internacional e jamais previram qualquer papel de gestão de recursos à entidade.

REFERÊNCIAS

- [1] - <https://transparenciainternacional.org.br/posts/nota-publica-em-resposta-a-decisao-do-min-dias-toffoli-autorizando-investigacoes-contr-a-transparencia-internacional/>
- [2] - <https://transparenciainternacional.org.br/posts/posicionamento-sobre-as-acusacoes-da-jf-contr-a-transparencia-internacional-2/>
- [3] - <https://transparenciainternacional.org.br/posts/resposta-a-materia-aras-bloqueia-repasse-de-r-270-milhoes-para-clone-de-fundacao-da-lava-jato-do-conjur-e-a-coluna-ong-estrangeira-parca-da-lava-jato-le/>
- [4] - <https://www.transparency.org/en/press/transparency-international-deeply-concerned-over-brazilian-supreme-court-investigation-order>
- [5] - <https://www.transparency.org/en/press/transparency-international-rejects-false-accusations-in-brazilian-media>
- [6] - <https://www.transparency.org/en/press/statement-on-accusations-against-ti-brazil>

- [7] - <https://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/comissao-de-leniencia-esclarece-relacao-do-mpf-e-transparencia-internacional-na-leniencia-da-j-f>
- [8] - <https://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/nota-de-esclarecimento-7>
- [9] - <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/317:20230919-oficio-de-esclarecimento-publico-5197-2023-mpf-prdf-ahcl?stream=1>
- [10] - <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/02/oficio-da-pgr-contraria-argumento-para-toffoli-investigar-transparencia-internacional.shtml>
- [11] - <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2024/02/fatos-gravissimos-citados-por-toffoli-em-decisao-ja-foram-desmentidos-pela-pgr.ghtml>
- [12] - <https://www.estadao.com.br/politica/transparencia-internacional-nega-ter-recebido-gerenciado-recursos-acordos-leniencia-operacao-lava-jato-jf-nprp/>
- [13] - <https://www.ft.com/content/98c31e95-051c-4f53-a674-d1df463d6fdd>
- [14] - <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/brazilian-supreme-courts-troubling-harassment-transparency-international>
- [15] - <https://www.ft.com/content/f94f1279-b011-441d-9c9b-2841bab1714f>
- [16] - <https://transparenciainternacional.org.br/publicacoes/governanca-de-recursos-compensatorios-em-casos-de-corrupcao/>
- [17] - <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/106:tibr---memorando-de-entendimento?stream=1>
- [18] - <https://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/Memo%20entendimentos%20J-F.pdf>

ASSESSORIA DE IMPRENSA

comunicacao@br.transparency.org